

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.109, DE 2010

Apensado: PL nº 5.877/2009

Assegura à estudante grávida o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, e altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para possibilitar a interrupção do estágio da estudante grávida.

Autor: SENADO FEDERAL - EXPEDITO JÚNIOR

Relatora: Deputada NATÁLIA BONAVIDES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 7.109, de 2010, tem por objetivo:

- a) ampliar de 90 (noventa) para 120 (cento e cento vinte) dias o período do regime de exercícios domiciliares autorizado pela Lei n.º 6.202, de 1975, para as estudantes grávidas;
- b) mudar os parâmetros de início desse período, que passaria a ser: i. a partir do vigésimo oitavo dia anterior à data provável do parto; ou ii. da data do parto;
- c) garantir à estagiária grávida a interrupção do termo de compromisso do estágio pelo período de 120 (cento e vinte dias);
- d) vedar o desligamento da estagiária grávida desde o momento da confirmação da gestação, exceto pelo encerramento do prazo de duração, grave

descumprimento das obrigações assumidas no termo de compromisso ou solicitação pela estagiária;

e) vedar a imposição de obstáculos para a realização de provas finais, reprovação e retenção de diploma, em virtude de interrupção de estágio por gravidez ou abortamento não criminoso; e

f) revogar a Lei n.º 6.202, de 1975, que regulamenta o regime de exercícios domiciliares da estudante grávida.

O Projeto de Lei n.º 5.877, de 2009, apensado, do Sr. Rodovalho, estabelece que a estagiária grávida poderá suspender o termo de compromisso do estágio pelo período de 120 (cento e vinte) dias, que poderá ser retomado pelo período remanescente, de comum acordo entre as partes.

As proposições sob exame foram distribuídas às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); Educação (CEC), Seguridade Social e Família, para exame de mérito; e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame de constitucionalidade e juridicidade. Estão sujeitas à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD)) e tramitam sob regime de prioridade.

A CTASP aprovou por unanimidade as proposições, relatadas pela Deputada Flávia Moraes, na forma de Substitutivo que, segundo a relatora, apenas faz algumas melhorias na redação. Ocorre, no entanto, que o Substitutivo mantém e aprimora apenas os dispositivos relacionados aos estágios, mas retira do texto a referência ao regime de exercícios domiciliares da estudante grávida e mantém a revogação da Lei n.º 6.202, de 1975, que regulamenta esse regime para os estudantes. Perde-se, portanto, a regulamentação do regime de exercícios domiciliares para a estudante grávida.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto na Comissão de Educação.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

As proposições em exame têm por objetivo ampliar o regime de exercícios domiciliares, autorizado pela Lei n.º 6.202, 17 de abril de 1975, às estudantes grávidas, para 120 (cento e vinte) dias e assegurar a interrupção do estágio da estudante grávida, por igual período.

A legislação que regulamenta o regime de exercícios domiciliares à estudante grávida, em vigor desde 1975, por meio da Lei n.º 6.202, necessita de aprimoramentos. Atualmente ela autoriza esse regime especial pelo período de três meses, menor que o garantido às mães trabalhadoras. Além disso, os pais que também são estudantes não possuem nenhuma previsão legal para se afastar de suas atividades de aprendizagem, em razão do nascimento dos filhos, e não há no estágio a garantia de interrupção ou suspensão nem para a estagiária grávida.

Acolhemos a proposta de aumentar o período de regime de exercícios domiciliares para 120 (cento e vinte) dias, para a estudante grávida ou puerperal, considerando-se que essa é uma época em que a amamentação, o aprendizado dos primeiros cuidados e o estabelecimento do vínculo com o filho demandam muito tempo e dedicação. O abandono do período letivo ou trancamento de matérias em razão da falta de flexibilidade para se tratar a questão apenas prejudica mais ainda o caminho educacional das estudantes que se tornam mães. Se a trabalhadora alcançou esse direito, não há porque a estudante não ser apoiada por um regime de igual período para conciliar seus estudos com a maternidade, de forma a evitar o prejuízo de uma reprovação ou abandono.

Trazemos, ainda, uma questão que não está prevista nas proposições. O estudante que se torna pai, pelas mesmas razões, também deve ser beneficiado e, a exemplo do que sucede aos pais trabalhadores, deve ter o direito a ter melhor oportunidade de conciliar os estudos com os cuidados ao filho recém-nascido e à mãe da criança, pelos cinco dias que a Constituição Federal assegura ao pai trabalhador. Da mesma forma, propomos que a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, a lei do estágio, preveja que o estagiário

possa se ausentar do estágio, por cinco dias, contados a partir da data de nascimento do filho.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei Nº 7.109, de 2010, do Senado Federal, e do Projeto de Lei n.º 5.877, de 2009, do Sr. Rodvalho, na forma do Substitutivo em anexo, que aprimora o aprovado na CTASP.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada NATÁLIA BONAVIDES
Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.109, DE 2010

Apensado: PL nº 5.877/2009

Altera a Lei n.º 6.202, de 1975, que *“Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969”*, para ampliar o período autorizado para 120 (cento e vinte) dias, altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para possibilitar a interrupção do estágio da estudante grávida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo ampliar o regime de exercícios domiciliares, autorizado pela Lei n.º 6.202, 17 de abril de 1975, às estudantes grávidas, assegurar a interrupção do estágio da estudante grávida e prever ao estudante e ao estagiário que se tornarem pai o direito a afastamento por cinco dias contados da data de nascimento do filho.

Art. 2º A Lei n.º 6.202, de 17 de abril de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A estudante gestante ou em período puerperal, de qualquer nível ou modalidade de ensino, tem direito ao regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei n.º 1.044, de 21 de outubro de 1969, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, que terá início:

I - entre o 28º dia anterior à data prevista para o parto e a data de sua ocorrência; ou

II - a partir da data do parto, se ocorrer antes do período estabelecido no inciso I.

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão fixados em atestado médico a ser apresentado à direção da instituição de ensino. (NR)

.....

Art. 2º-A O regime de exercícios domiciliares previsto no art. 1º desta Lei garantirá:

I – acompanhamento pedagógico para o período de afastamento, com cronograma e plano de trabalho adequados às condições de saúde da estudante;

II – realização de testes, provas e demais exames;

III – manutenção de bolsa de estudos de que a estudante seja beneficiária.

Parágrafo único. O regime previsto no *caput* não poderá ser aplicado às disciplinas que demandam atividades práticas, em laboratórios ou em outros locais com infraestrutura necessária para o aproveitamento.

Art. 2º-B O estudante que se tornar pai poderá deixar de comparecer a aulas e provas, que serão reagendadas, e ser beneficiado por regime de exercícios domiciliares, por cinco dias, contados data de nascimento do filho.

.....”

Art. 3º A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo IV-A:

“CAPÍTULO IV-A
DA INTERRUÇÃO DO ESTÁGIO DA ESTUDANTE
GRÁVIDA

Art. 14-A. É assegurado à estudante grávida o direito à interrupção do estágio ao qual esteja vinculada pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, interrupção que pode ter início:

I - entre o 28º (vigésimo oitavo) dia anterior à data prevista para o parto e a data de sua ocorrência;

II - na data do parto, em caso de nascimento antecipado.

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão fixados em atestado médico a ser apresentado à direção da instituição de ensino e à parte concedente do estágio.

Art. 14-B. Durante o período de interrupção do estágio serão suspensas todas as obrigações da estudante, da instituição de ensino e da parte concedente.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica à percepção de salário-maternidade pela estudante que seja segurada facultativa do Regime Geral de Previdência Social,

nos termos dos arts. 13 e 73, III, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 14-C. Em caso de abortamento, a estudante tem direito à interrupção do estágio pelo prazo de 14 (quatorze) dias, sem prejuízo da percepção de bolsa ou de qualquer outra forma de contraprestação que tenha sido ajustada.

Art. 14-D. Terminado o período de interrupção, o estágio prosseguirá nos termos e condições anteriormente ajustados, acrescido do número de dias correspondente ao afastamento.

Art. 14-E. É vedado o desligamento da estudante desde o momento da confirmação da gravidez até o término do estágio, ressalvadas as hipóteses de:

I - encerramento do tempo de duração do estágio, nos termos do acordo firmado entre as partes antes da confirmação da gravidez, se recair em dia compreendido entre a confirmação e o início da interrupção;

II - grave descumprimento das obrigações assumidas pela estagiária no termo de compromisso firmado entre as partes;

III - solicitação de desligamento efetuada pela estagiária ou seus responsáveis legais, se for o caso.

Art. 14-F. São vedadas a imposição de obstáculos para a realização de exames finais, a reprovação e a retenção de diploma da estudante em virtude de interrupção de estágio por gravidez ou abortamento não criminoso.

Art. 14-G O estagiário que se tornar pai poderá deixar de comparecer ao estágio, sem prejuízo da bolsa, pelo período de cinco dias, contados da data de nascimento do filho”.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada NATÁLIA BONAVIDES
Relatora